



Sistema de saúde em Portugal: a centralização política e o imaginário na construção de uma identidade (1477 – 1525)

Luiz José da Silva¹

Em uma reflexão sobre a relação entre o Assistencialismo e a Política de centralização no período 1477 a 1495, no contexto do reinado de D. João II, percebemos a necessidade de ampliarmos as pesquisas até o final do reinado de D. Manuel I, adotando o período de 1477 a 1521. Devido a isto, teremos melhor abordagem da centralização política e do imaginário na construção da identidade de D. João II e D. Leonor (1458-1525) no processo de reformulação e criação do assistencialismo português, implica em avaliarmos o sentimento religioso identificado na Baixa Idade Média como um dos meios mais efetivos de propaganda política.

Em nossa abordagem realçaremos: a política de Centralização e o e o imaginário na construção da identidade dos soberanos, D. João II e D. Leonor; através da reformulação e criação do Sistema de Saúde de Portugal, excursionando de forma bem resumida através dos Hospitais: Real de Todos os Santos e Nossa Senhora do Pópulo; e, um reconhecimento à rainha D. Leonor de Viseu, no tópico em que buscamos conduzir o leitor a uma reflexão nas atividades da viúva de D. João II, que contando com o apoio de D. Manuel I, deu continuidade à reformulação.

Efetando alguns questionamentos pode-se construir problematizações que certamente contribuíram para a busca de respostas até mesmo em pesquisas mais profundas que irão além dos limites deste artigo, como: existe outro interesse de D. João II e D. Leonor para atuarem no sistema de saúde do reino, além da religiosidade que os mantinham fiéis a Igreja Católica Romana e à prática da caridade? A religiosidade (caridade) de D. João II justifica o Assistencialismo? Uma vez que a política de centralização foi assumida como uma forma centralista de exercer o poder, é possível considerar Portugal como pioneiro desta política na Idade Média e meados da Idade Moderna?

A política de centralização que ocorreu em Portugal, com D. João II (1481 – 1495) não pode ser considerada como algo fortuito e ocasional, uma vez que pode ser

¹ Doutorando em História na Universidade do Estado do Rio de Janeiro – UERJ. E-mail: luizjosesilva909@gmail.com.



identificada na gesta de D. Afonso Henriques (1128 – 1185), sendo assumida por D. João I (1357 – 1433) e defendida pelo infante D. Pedro (1392 – 1449) no reinado de D. Afonso V, isto direciona nossos objetivos para: analisar a relação entre a política de centralização e o assistencialismo presentes nas ações de um “Príncipe Perfeito” até o final do reinado de um Rei quase perfeito; identificar a participação da rainha de D. João II, D. Leonor, no processo de construção e reformas do sistema de assistência pública de Portugal; e, descrever a criação dos novos hospitais, misericórdias e gafarias no reinado de D. João II.

De acordo com Laurinda Abreu (2002, p.419), a pressão demográfica efetuada contra os centros urbanos “foi determinante para a reestruturação das práticas e das políticas assistenciais, que desde então procuraram dar resposta à escalada do pauperismo, às cíclicas investidas da(s) *peste(s)* e a pressão demográfica sobre os centros urbanos”, justificaram as investidas assistencialistas dos soberanos racionalizando e modernizando os hospitais e veículos de apoio à pobreza.

A utilização de fundamentos teóricos de Montserrat Guibernau (1997) explicitam uma tendência em considerar que a ideia de nação não representa um fenômeno puramente moderno. A partir daí a Europa Ocidental dividiu-se em feudos e áreas de influência gerando grandes unidades que desenvolveram um senso de comunidade, ocorrendo consolidação de diferentes culturas. “Desse modo, a estrutura dentro da qual a consciência nacional e a noção de pátria evoluíram na Europa estava estabelecida por volta do ano 1100” (GUIBERNAU, 1997, p.59).

A conceituação de Montserrat Guibernau (1997, p.82) de que a “identidade é uma definição, uma interpretação do eu que estabelece o que é, e onde está sob os aspectos tanto social como psicológico”. Se as identidades existem na sociedade, são de certa forma ali definidas e organizadas, ou seja, a própria relação do indivíduo com a sociedade. D. João II e D. Leonor ao tomarem a frente da esfera assistencial, identificam-se com os pobres e miseráveis e os doentes, isto é, uma identidade com a pobreza que se respalda na vida de Jesus Cristo. Priscila Aquino Silva (2006) diz que a dinastia de Avis, na qual está inserido D. João II representa uma identidade nacional, o que é compreensível, se pontuarmos a ideia de nação e a construção do sentimento



nacionalista, que envolve Portugal desde D. João I e confirmando o que foi dito anteriormente,

rei e realeza portuguesa assumem, a partir desse discurso político um status diferenciado que sacraliza a imagem real e tece através da narrativa dos cronistas uma identidade nacional – identidade que aponta o povo português como um povo eleito e predestinado por Deus para a conquista (SILVA, 2006, p.2).

Kalina Vanderlei Silva e Maciel Henrique Silva (2009, p.213), ao definirem que imaginário “significa o conjunto de imagens guardadas no inconsciente coletivo de uma sociedade ou de um grupo social; é o depósito de imagens de memória e imaginação”. Esta noção de imaginário abrange todas as representações possíveis de uma sociedade, envolvendo a experiência humana, seja coletiva ou individual, inserindo as ideias sobre a morte e o futuro. No período 1477 a 1521, observa-se uma sociedade de iletrados, onde a imagem possuía um importante papel de divulgação, contribuindo para sedimentar a presença do rei D. João II, escolhe para si a figura heráldica do pelicano, animal que no imaginário medieval bica o próprio peito para alimentar e salvar seus filhotes famintos. D. Leonor assume para representá-la, a imagem do camaroeiro, segundo historiadores, significa a rede de um simples pescador da ribeira de Santarém, que teria carregado o corpo do príncipe D. Afonso, após a queda do cavalo que o vitimou, até sua casa. Em todas as obras em prol do “Sistema de Saúde de Portugal”, estes símbolos heráldicos estavam presentes, assinalando a presença dos soberanos. Em 1485, D. Leonor inicia a construção do Hospital das Caldas da Rainha e posteriormente exterioriza sua força com o Hospital de Todos os Santos, em Lisboa, sob a orientação de D. João II. São empreendimentos marcados com os símbolos do Pelicano e Camaroeiro, erguidos para serem visualizados por todos, como que a eternizar a presença dos soberanos.

As crônicas de Garcia de Resende: *Chronica del Rey Dom Joam II* e *Crônica de D. João II e Miscelânea*; Damião de Góis com a *Descrição da Cidade de Lisboa*; e, José Martins da Cunha Pessoa em seu trabalho sobre a *Analyze da Ágoas Thermaes das Caldas da Raynha*, serão fontes documentais a serem analisadas metodologicamente de acordo com a orientação de Michel Foucault (1997, p.135), “o discurso é constituído por um conjunto de sequências de signos, enquanto eles são enunciados, isto é, enquanto podemos lhes atribuir modalidades particulares de existência”. Seguindo a



linha francesa presente na análise de discurso de Michel Foucault (1997), procuraremos os significados dos sentidos a serem refletidos através de investigação e críticas nas fontes citadas.

Política de Centralização e o Assistencialismo

Logo após ser coroado Rei de Portugal (1481), D. João II convoca as Cortes em Évora (1481/1482), uma decisão que trará para a sociedade portuguesa novas perspectivas, o que conforme Manuela Mendonça (1981) representou a afirmação do poder centralizador do Rei D. João II e viria a ser o seu projeto inicial de governo. Georges Balandier também explicita sobre o poder a ser exercido pelo “Príncipe Perfeito”, agora Rei de Portugal,

o poder utiliza, aliás, meios espetaculares para marcar sua entrada na história (comemorações), expor os valores que exalta (manifestações) e afirmar sua força (execuções). Este último aspecto é o mais dramático, não somente porque põe em ação a violência das instituições como porque também sanciona publicamente a transgressão dos interditos decretados como invioláveis pela sociedade e seu poder (BALANDIER, 1982, P.10)

Se considerarmos a descentralização política que acarretava certa desordem social, fragilidade econômica e endividamento do reino, isto em 1481, ano da coroação de D. João II, torna-se compreensível que a implantação da política de centralização teve como consequências ações sociais nas áreas urbanas, como o processo de assistência à saúde. O processo de centralização política foi marcado por tramas palacianas, acordos políticos, conflitos armados e o uso da violência. Decisões outras contribuíram muito para a implantação da política centralizadora de D. João II, que se transformou em um instrumento para estratégias que proveram a legitimação do poder real, como a “criação de hospitais régios de Lisboa (Hospital de Todos os Santos) e no caso do Hospital de Nossa Senhora do Pópulo, no termo de Óbidos, donde será criada a vila das Caldas da Rainha” (SILVA, 2017, p.140)

Há relação entre a política de centralização e o assistencialismo à saúde, no contexto do reinado de D. João II, entretanto não podemos deixar de efetuar uma breve abordagem a algumas ações assistencialistas ocorridas no reinado de D. Afonso V e Laurinda Abreu (2002) faz referência ao um tempo em que a pobreza era evangélica e a



relação com os pobres, os peregrinos e os doentes, não diferiu, da que foi vivenciada nos outros espaços da cristandade ocidental.

Diz Georges Balandier (1982, p.8), “que o grande ator político comanda o real através do imaginário” e o “Príncipe Perfeito” torna-se um rei quase perfeito tendo o seu lugar de ação no espaço urbano, a cidade. A cidade de Lisboa será o alvo de análise em abordagem a ser efetuada na construção do Hospital das Caldas da Rainha e do Hospital de Todos os Santos. A representatividade de Lisboa no cenário português é muito intensa, devido ao incrementado comércio interno e externo, a participação da cidade no entra e sai de diferentes povos via Porto de Lisboa, a peste que mourejava entre diversas cidades lusitanas justificam as decisões de D. João II e D. Leonor quanto às reformas e criações de novos Hospitais. Os cuidados do rei e rainha de Portugal com a saúde espiritual e corporal do reino foi o centro da reforma hospitalar que visava no mínimo igualar os hospitais portugueses aos grandes da Europa.

Ainda que as pressões da Igreja nos meados da Idade Moderna estejam distantes daquelas que ocorreram na Idade Média, estão presentes na relação entre à saúde espiritual e a corporal do reino, a subordinação dos reis ao representante de Deus na terra, o Papa. Existia a presença de um rei comprometido com a caridade cristã e a salvação de sua alma. D. João II ao demonstrar sua preocupação com o sistema de saúde de Portugal realça seu perfil de um rei promotor da justiça, considerado um homem justo, que procurava a ela ser fiel, não fazendo distinção de pessoas, cumpria com todas as leis. Jamais utilizou do seu poder absoluto, ainda que sempre dele estivesse consciente e muitos o denominavam de um rei piedoso (RESENDE, 1752).

Reformulação do Sistema de Saúde de Portugal

Segundo Isabel dos Guimarães Sá (1995), no contexto do dia a dia do pioneirismo hospitalar medieval, o trabalho e a albergagem eram importantes no universo caritativo português, os hospitais já eram presentes em grandes quantidades nas cidades. A albergaria responsabilizava-se pelo acolhimento de peregrinos, enquanto que os hospitais medievais não podem ser definidos como um local onde se tratavam os doentes, mas um lugar de acolhimento dos enfermos e dos pobres. Considera-se que entre as instituições assistenciais, os hospitais destacavam-se por serem instituições



A descrição acima relata a utilidade para a cura de muitas moléstias, a participação nos banhos tanto de homens quanto de mulheres, faz uma comparação entre o banho das Gaeiras e Caldas da Rainha. No decorrer do seu trabalho, no qual focaliza as análises efetuadas, desce ao nível de um detalhamento químico-biológico, que não será aqui abordado, mas a forma como o enfermo é tratado provoca algumas reflexões.

As Agoas das Caídas da Raynha se costumao aplicar internamente em fôrma de bebida , e externamente em banhos ao todo, ou a alguma determinada parte d'elle, uzando para este fim da Agoa per si só, do seu vapor ou unindolhe alguma terra, e formando banhos chamados de lodo; como também practicando com ella embroçaçoens; e porque de cada hum deites diversos modos de a uzar fe podem conseguir diferentes effeitos he necessario considerallos separadamente, e dar as cautellas , que deve haver no seu uzo. (PESSOA, 1778, p.30)

Considerando-se que em suas análises foi identificado na água a presença de alcalinos, ácidos, argila, flogísto e sulfurosa, passa a ser muito relevante o uso das águas de Caldas da Rainha em diferentes formas: bebida, banhos completos e somente nas partes do corpo afetadas pela enfermidade, uso do vapor e a terra do fundo d'água como lodo.

De acordo com Damião de Góis (1937), o hospital dos pobres e doentes, chamado de Hospital Real de Todos os Santos, construção atribuída ao “Príncipe Perfeito” para a qual obteve autorização do Papa Sixto VI em 1479, está qualitativamente acima de todos os outros maiores da Europa, inclusive dos de Espanha. A reforma e modernização com o assentamento dos símbolos heráldicos do casal régio, “o pelicano” e “o camaroeiro”, têm uma representação que na definição de Noberto Bobbio; Nicola Matteucci e Gianfranco Pasquino (1998, p.1102), “mecanismo político particular para a realização de uma relação de controle (regular) entre governados e governantes”. Estas citações permitem resposta ao questionamento acima efetuado, pois, segundo Maria Filomena Coelho (2011, p.2), “nessa forma centralista de exercer o poder identifica-se uma das principais virtudes do Estado e, neste particular, a Península Ibérica surge como uma espécie de vanguarda política na Idade Média”.

Os primeiros cargos no Hospital Real de Todos os Santos e no Hospital Nossa Senhora do Pópulo, eram ocupados por indicação direta de D. João II e D. Leonor, sendo que em seu reinado D. Manuel I também exerceu as funções administrativas mais



proeminentes dentro desses hospitais. Interessante observar que a partir da data de sua ampliação e respectiva modernização, no reinado de D. João II o Hospital Real de Todos os Santos tinha capacidade para acomodar 200 enfermos e o de Caldas da Rainha possuía lotação para 100 enfermos. Em seu início o ainda “Príncipe Perfeito” para a concretização do então conhecido como Hospital dos Pobres, reuniu os rendimentos de diversos pequenos hospitais de Lisboa, recorreu a doações pessoais, a rendimentos de bens vinculados, de agremiações dos ofícios mecânicos e doações de particulares.

Justiça à rainha D. Leonor de Viseu

D. Leonor de Lancaster, Duquesa de Viseu, Princesa de Portugal aos 16 anos quando casou com D. João II e em 1481. Em todo o processo de reformas, mudanças e criações no Sistema de Saúde de Portugal, desde 1477, a participação de D. Leonor tem sido negligenciada pela historiografia .

Segundo Garcia de Resende (1973), D. Leonor em maio de 1494, ficou muito doente e o rei veio o mais depressa que pode visita-la em Setúbal. D. Leonor dos 36 até os 67 anos de idade teria sua vida marcada por reduzida mobilidade, permanecendo mais acamada, tal fato mais engrandece a atuação dela no Sistema de Saúde de Portugal, pois suas limitações físicas não constituíram obstáculos.

A primeira Misericórdia foi fundada em Lisboa, “por ação da rainha D. Leonor, em 1498; a esta fundação seguiram-se muitas outras, a ponto de esta confraria se ter transformado numa presença ubíqua em todos os territórios de administração portuguesa, europeus e extra-europeus” (SÁ, 2008, p.7). As Misericórdias abarcavam varias atividades de apoio aos pobres, indigentes, órfãos e desprotegidos, gerenciavam hospitais e albergarias, também recolhiam esmolas, assumiam os funerais e ajudavam presos e condenados.

Após a morte de D. João II assumiu a responsabilidade de conduzir adiante o empreendimento, assumindo também em determinados momentos a regência do reino, dedicou-se a prática constante da caridade, patrocinou obras religiosas, não negligenciou a assistência social aos pobres. A necessidade que sentimos em dar destaque às ações de D. Leonor, rainha de Portugal no tema abordado, conduziu-nos a percepção de que a historiografia permitia um aprofundamento no tema e isto



ultrapassaria os limites deste trabalho. Se esta leitura despertar o interesse do leitor para o “Assistencialismo” ocorrido em Portugal no período abordado, esta contribuição já será gratificante.

Referências Bibliográficas

ABREU, Laurinda. *A Especificidade do sistema de assistência pública português: linhas estruturantes*. Revista Arquipélago- história 7, 2002: 417 - 434, 2002, p.419. Disponível em: <https://www.academia.edu> Acesso em: 14 dez. 2019.

BALANDIER, Georges. *O poder em cena*. . Brasília: Editora Universidade de Brasília, 1982.

BOBBIO, Norberto; MATTEUCCI, Nicola; PASQUINO, Giafranco. *Dicionário de Política*. 11ª ed. Brasília: Editora Universidade de Brasília, 1998, vol 1.

COELHO, Maria Filomena. *Revisitando o problema da centralização do poder na Idade Média: Reflexões historiográficas*. Anais do XXVI Simpósio Nacional de História – ANPUH • São Paulo, julho 2011. Disponível em: [https://www.snh2011.anpuh.org/resources/anais/14/1312820436_ARQUIVO_COELHOMF-Revisitando\(textofinal\).pdf](https://www.snh2011.anpuh.org/resources/anais/14/1312820436_ARQUIVO_COELHOMF-Revisitando(textofinal).pdf). Acesso em: 20 dez. 2019.

FOUCAULT, M. *A arqueologia do saber*. 5. ed. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 1997.

GÓIS, Damião de. *Descrição da cidade de Lisboa*. Trad. Raul Machado. Lisboa: Imprensa Beleza, 1937.

HESPANHA, Antonio Manuel. *Às Vésperas do Leviathan. Instituições e poder político (Portugal, séc. XVII)*. Lisboa: Pedro Ferreira Artes Gráficas, 1986.

MENDONÇA, Manuela. *D. João II: um percurso humano e político nas origens da modernidade em Portugal*. Lisboa: Editorial Estampa, 1991.

PESSOA, José Martins da Cunha. *Analyze das Agoas Thermaes das Caldas da Rainha*. Coimbra: Real Officina da Universidade, 1778. Disponível em: <http://purl.pt/34095>.

RAMOS, Luís António de Oliveira. *Do Hospital Real de Todos os Santos à História Hospitalar Portuguesa*. Revista da Faculdade de Letras, Porto, Nº. 10, p. 333-350, 1993.

RESENDE, Garcia de. *Crônica de D. João II e Miscelânea*. Lisboa: Edição da IMPRENSA NACIONAL DA MOEDA, 1973.



RESENDE, Garcia de. *Chronica del Rey Dom Joam II*. Lisboa: Oficina de Manoel da Sylva, 1752.

RODRIGUES, Lisbeth de Oliveira. *Os hospitais portugueses no Renascimento (1480-1580): o caso de Nossa Senhora do Pópulo das Caldas da Rainha*. Minho, Portugal, 2013. Tese de Doutorado em História. Instituto de Ciências Sociais, Universidade do Minho, 2013. Disponível em: <https://repositorium.sdum.uminho.pt/bitstream/TeseLisbethRodrigues>.

SÁ, Isabel dos Guimarães; LOPES, Maria Antônia. *História Breve das Misericórdias Portuguesas (1498-2000)*. Imprensa da Universidade de Coimbra, 2008.

SÁ, Isabel dos Guimarães. *Igreja e Assistência em Portugal no Século XV*. Separata do Boletim do Instituto Histórico da Ilha Terceira. v. LIII, Açores, 1995.

SANTOS, Airles Almeida dos. *Antonio Manuel Hespanha e a pluralidade de centros de poder político em Portugal: caminhos abertos pela concepção corporativista da sociedade portuguesa*. Ponta de Lança: Revista Eletrônica de História, Memória & Cultura, v. 10, n. 18 (2016). Disponível em: <https://seer.ufs.br/index.php/pontadelanca/index>.

SILVA, André Costa Aciole. *Múltiplos atores, Múltiplos instrumentos: a legitimação do poder régio em Portugal no governo de D. João II (1481-1495) e D. Leonor (1481-1525)*. SIGNUM - Revista da ABREM, [S.l.], v. 18, n. 1, p. 139-158, jul. 2017. ISSN 2177-7306. Disponível em: <http://www.abrem.org.br/revistas/index.php/signum/article/view/241>. Acesso em: 19 abr. 2020.

SILVA, Priscila Aquino. *O Príncipe Perfeito e a saúde do reino (Portugal Século XV)*. Niterói, 2012. Tese (Doutorado em História) Instituto de Ciências Humanas e Filosofia, Universidade Federal Fluminense, Niterói, 2012.

_____. *Memória, propaganda política e salvação na construção da imagem régia de D. João II*. 2006. Disponível em: <https://anpuh.org.br/index.php/encontros-regionais/encontros-anpuh-rio/xii-encontro-regional-de-historia-2006>. Acesso em 16 abr. 2020.

SILVA, Kalina Vanderlei, SILVA, Maciel Henrique. *Dicionário de conceitos históricos*. 2.ed. São Paulo: Contexto, 2009.